



*Desafios de uma sociedade  
digital nos Sistemas Produtivos e  
na Educação*



## **Extensão universitária: estudo bibliométrico da produção científica brasileira (2010-2020)**

Adriane Zangiaco Foligno<sup>1</sup>, Fábio Lippi Silva<sup>2</sup>; Michel Mott Machado<sup>3</sup>

**Resumo** - A extensão é a dimensão educativa essencialmente constituída na relação entre a Instituição de Ensino Superior e a sociedade. O presente artigo teve por objetivo discutir sobre a produção científica brasileira voltada ao tema da extensão universitária. Para tal, realizou-se em estudo bibliométrico a partir de artigos publicados em revistas da área de educação, em língua portuguesa, entre os anos 2010 e 2020. Verificou-se crescente interesse pelo tema por parte da comunidade acadêmica no país, mas com a predominância de estudos descritivos, o que sugere contribuições potencialmente de baixo impacto à teoria ou a métodos de pesquisa. Sugere-se uma possível diversificação do campo de pesquisa, em vários aspectos, inclusive a utilização de pesquisa em sua função aplicada.

**Palavras-chave:** Extensão universitária. Estudo bibliométrico. Terceira missão.

**Abstract** - Extension is the educational dimension essentially constituted in the relationship between the higher education institution and society. This article aimed to discuss the Brazilian scientific production focused on the subject of extension. To this end, a bibliometric study was carried out based on articles published in education journals, in Portuguese, between the years 2010 and 2020. There was growing interest in the topic by the academic community in the country, however with the predominance of descriptive studies, which suggests potentially low impact contributions to theory or research methods. It is suggested a possible diversification of the research field, in several aspects, including the use of research in its applied function.

**Keywords:** University Extension. Bibliometric Study. Third mission.

### **1. Introdução**

<sup>1</sup> Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS); adri.nami@gmail.com

<sup>2</sup> Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS); fabio.silva277@fatec.sp.gov.br

<sup>3</sup> Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS); michel.machado@cpspos.sp.gov.br

Uma das principais responsabilidades da educação é ensinar a viver em sociedade. Na visão de Delors (2006), aprender a viver juntos implica o conhecimento do outro, de suas histórias, crenças e tradições. Portanto, trata-se de um conhecimento que deve ocorrer durante toda a vida e, assim como ocorre na educação básica, o ensino superior deve diversificar a oferta de opções educativas, com alternância entre a vida escolar, social e profissional (DELORS, 2006).

Nessa direção, a extensão se configura como um meio para alcançar essa proposta de educação, uma vez que viabiliza a construção do conhecimento por meio da interação entre sujeitos, bem como aproxima a academia e a sociedade, sendo um elo entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e a comunidade externa, de modo a produzir, desenvolver e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos de forma ética e socialmente responsável (TAVARES; FREITAS, 2016).

No Brasil, por meio de vários dispositivos legais e normativos, a atividade de extensão é prevista como um fazer acadêmico voltado ao ensino superior (BRASIL, 1988; 1996; 2004; 2018). Além disso, com vistas à institucionalização da extensão nas IES brasileiras, verificou-se também a definição do Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2001), bem como da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), sem contar a criação de entidades formadas por dirigentes de IES públicas, particulares, católicas e comunitárias, que visam a articulação e a definição de políticas acadêmicas de extensão.

Apesar da existência de diversos dispositivos legais, normativos e institucionais não é incomum considerar que o tema “extensão”, ao longo do tempo, tem suscitado incompreensões e discussões acerca dos seus conceitos e práticas (CORRÊA, 2003; CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007; TAVARES; FREITAS, 2016). Nesta direção, numa etapa preliminar para um aprofundamento do entendimento sobre o tema de interesse, entende-se pertinente, oportuno e relevante ampliar a compreensão da dinâmica da produção de conhecimento dentro do campo de estudos.

Assim, o objetivo deste trabalho foi o de discutir sobre a produção científica brasileira voltada ao tema da extensão, tendo por referência o período 2010-2020. Para tal, realizou-se um estudo bibliométrico, que entre outros aspectos, visa mensurar a produção de conhecimento voltado a determinado tema, em um dado campo de estudos, de modo a avaliar a produção científica em diferentes níveis (país, instituições, cientistas etc.) (TEIXEIRA; IWAMOTO; MEDEIROS, 2013). Acredita-se que este trabalho possa contribuir para a atualização e orientação de pesquisadores no início de suas atividades de investigação (TEIXEIRA; IWAMOTO; MEDEIROS, 2013), de modo a subsidiar decisões e encaminhamentos às pesquisas e suas respectivas futuras publicações (SILVA; FOLIGNO; MACHADO, 2020).

## **2. Referencial Teórico**

Pode-se dizer que a extensão universitária, no Brasil, surgiu concomitantemente ao surgimento das próprias universidades, ainda que este surgimento tenha sido tardio se comparado com outros países, mesmo no continente americano. Somente no final da década de 1920 é que foram surgir as primeiras instituições com essa denominação e com a proposta de unificar regularmente a oferta de cursos de formação superior (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008). Portanto, o termo “extensão” é utilizado pela primeira vez na legislação brasileira no Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, elaborado em 1931, mas somente algumas décadas depois ele foi receber sentido no seu uso (SOUSA, 2010).

Desde esse primeiro apontamento, passando pela elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, até a Reforma Universitária de 1968, a extensão é aceita somente como prestação de serviços às comunidades carentes e oferta de cursos, em um caráter permanentemente assistencialista (SOUSA, 2010). Durante os anos 1960, no contexto da ditadura militar, surgiram projetos com gestão do Estado, execução das universidades e participação de alunos, mas ainda não havia diálogo com a comunidade (TAVARES; FREITAS, 2016). Numa perspectiva dialógica, Paulo Freire se destacou na discussão de uma prática extensionista emancipadora, ao discutir, já na década de 1970, a importância de uma relação de reciprocidade na troca de saberes, onde o diálogo com a sociedade é fator determinante para uma efetiva mudança na qualidade de vida da população (FREIRE, 2013).

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) é que a extensão vai encontrar um marco para sua existência, uma vez que a carta magna passa a considerá-la indissociável do ensino e da pesquisa, colocando-a no mesmo patamar destas atividades como função acadêmica das IES. Outra referência para a extensão no Brasil, se dá no final da década de 1980 – no contexto da abertura política brasileira –, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), cujo o intuito era o de oferecer um trabalho sistemático para conceituar e institucionalizar a extensão nas IES (TAVARES; FREITAS, 2016).

Nesse movimento de institucionalização da prática extensionista nas IES brasileiras, o Forproex passa a entender a extensão como processo interdisciplinar, que busca uma relação dialógica com a sociedade e que se desenvolve na forma de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, dentro de oito áreas temáticas prioritárias: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho. (FORPROEX, 2012). Apesar de diversos avanços institucionais, a construção de um conceito para a extensão se dá em um caminho árduo, inacabado e que necessita de constante discussão, já que ainda hoje não é difícil encontrar aqueles que a consideram como uma mera prestação de serviços de caráter unilateral, sendo a universidade aquela que oferece o conhecimento àqueles que o recebem passivamente, conforme indicam Corrêa (2003), Sousa (2010) e Tavares e Freitas (2016).

Em 2018, o Ministério da Educação publicou a Resolução CNE/CES nº 7/2018, estabelecendo as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Neste documento, a extensão é definida como

a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora

entre as IES e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

Ainda que já tenha sido estabelecida uma diretriz nacional acerca desta missão da educação de nível superior, a publicação desta resolução em 2018 tende a implicar mudanças significativas nas IES brasileiras, vindo a impactar não apenas as práticas já existentes, mas a própria relação da extensão com o ensino e a pesquisa, sobretudo com a efetiva inclusão da extensão nas matrizes curriculares dos cursos superiores.

Nesse sentido, pensa-se que a extensão que se vislumbra, do ponto de vista formativo, está associada com a prática educativa que se sustenta na ideia de conhecer de perto problemas reais e voltar à sala de aula com uma visão ampliada, resultante da relação entre teoria e prática, possibilitando a formação de um profissional-cidadão que construiu seu saber no contexto social, em vivências adquiridas pelo diálogo e discussões (TAVARES; FREITAS, 2016). Esta visão, sem dúvida, coaduna-se com o entendimento preconizado pela Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC/SESu) por ocasião do Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT) de 2016:

Entende-se como Extensão o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, mediado por alunos de graduação orientados por um ou mais professores, dentro do princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa. (BRASIL, 2016)

Assume-se aqui, portanto, que por meio da extensão, pode-se vislumbrar a geração de impactos positivos do ponto de vista “da construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (SANTOS, 2011, p. 73), assim como a constituição de uma recomendação ética norteadora do ensino e da pesquisa, com vistas a construir o relacionamento da IES com a sociedade fundamentada pela responsabilidade social (CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007), além de ser entendida como uma prática que permita que as IES se tornem um lugar de cultura e de estudos aberto a todos (DELORS, 2012).

### **3. Método**

O trabalho aqui apresentado refere-se a uma pesquisa bibliométrica acerca da extensão universitária. Este tipo de estudo, segundo Teixeira, Iwamoto e Medeiros (2013), é proveniente da Ciência da Informação e objetiva avaliar e contextualizar a produção científica em determinada área de conhecimento, considerando principalmente país, instituições e cientistas mais produtivos. A abordagem da pesquisa é quantitativa, uma vez que ocorreu uma coleta de dados cuja medição foi numérica e estatística (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

A busca de artigos foi realizada entre os dias 11 de junho e 03 de julho de 2020, tendo sido utilizadas as bases de dados Ebsco e Scopus. A abrangência da

pesquisa foi restrita aos anos 2010-2020. Além disso, adotou-se como critério amostral, artigos publicados em revistas com avaliação Qualis (quadriênio 2013-2016) A1, A2, B1 e B2, na área de educação. Foram admitidos somente artigos publicados em língua portuguesa.

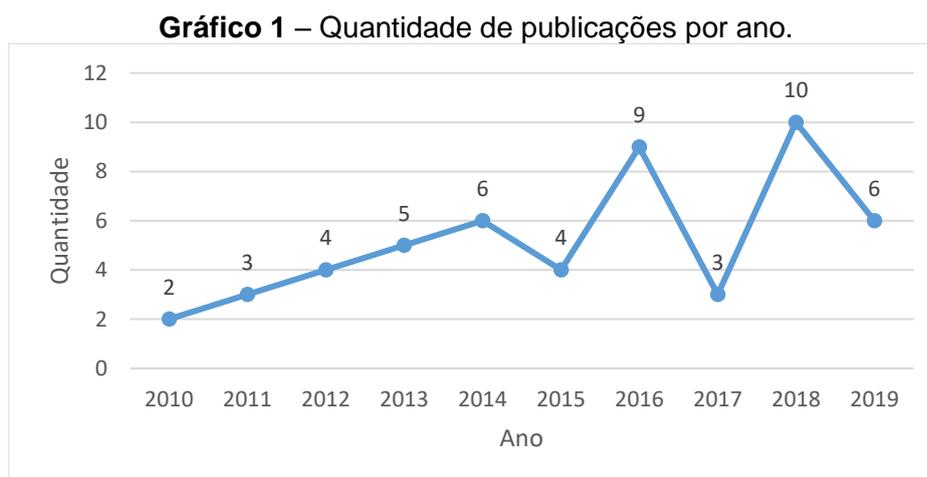
Para a execução da busca de artigos nas referidas bases de dados, foram adotados os descritores "extensão"; "extensão universitária"; "extensão acadêmica"; "terceira missão". Na base Scopus, foi restringida a busca utilizando-se a opção de encontrar os descritores no título, resumo ou palavras-chave; já na base Ebsco, foi feito uso de operadores booleanos: AND, OR, AND.

Inicialmente, foram encontrados um total de 88 artigos publicados sobre extensão. Foram descartados 14 artigos publicados em revistas classificadas somente na área de administração ou outras áreas, além de outros 22 artigos publicados em revistas com Qualis B3 ou menor, deixando uma amostra válida de 52 artigos.

Para fins de organização dos dados, utilizou-se uma planilha eletrônica *Excel*, sendo que após a exclusão dos artigos que não atendiam os critérios de inclusão da amostra, foi construída uma matriz a partir das categorias bibliométricas definidas: título do artigo; nome(s) do(s) autor(es); afiliação; ano de publicação do artigo; tema da pesquisa; tipo do artigo; natureza do método, entre outras. Para a análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva simples.

#### 4. Resultados e Discussão

A primeira categoria analisada foi a quantidade de publicações por ano, dentro do período selecionado, conforme se pode visualizar no Gráfico 1.



**Fonte:** elaboração própria.

Nota-se que até o momento da finalização da busca de artigos nas bases de dados utilizadas, ainda não haviam sido publicados artigos sobre a extensão no ano de 2020. No entanto, entre os anos 2010 e 2014, percebe-se uma crescente constante na quantidade de artigos publicados, seguido de uma ligeira queda em 2015, sendo o ano de 2018 o pico de publicações sobre o tema de interesse. No

caso do aumento do interesse pelo tema, em 2018, pensa-se que um dos possíveis motivos para tal, tenha sido o estabelecimento dos Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU), além da própria publicação da Resolução CNE/CES nº 7/2018.

Com relação à produtividade dos autores, percebe-se uma produção bastante diluída: dos 171 autores que assinaram os artigos encontrados, somente dois deles publicaram dois artigos cada: Carlos Dimas Martins Ribeiro; Carlos Roberto de Castro e Silva. Os outros 169 autores publicaram somente um artigo cada. Com relação à nacionalidade destes autores, ainda que os textos da amostra tenham sido publicados em língua portuguesa, foram identificados dois autores franceses e um equatoriano. Além disso, foram identificados autores afiliados a um total de 49 instituições diferentes. Neste quesito, foi identificado também que poucas instituições apresentam uma produção mais numerosa em comparação às outras, o que sugere, à primeira vista, que o tema tem tido maior atenção, à pesquisa e produção bibliográfica, nas IES públicas. O destaque é da Universidade Federal de São Carlos, que apareceu em cinco artigos publicados (Quadro 1).

**Quadro 1** – Quantidade de publicações por instituição.

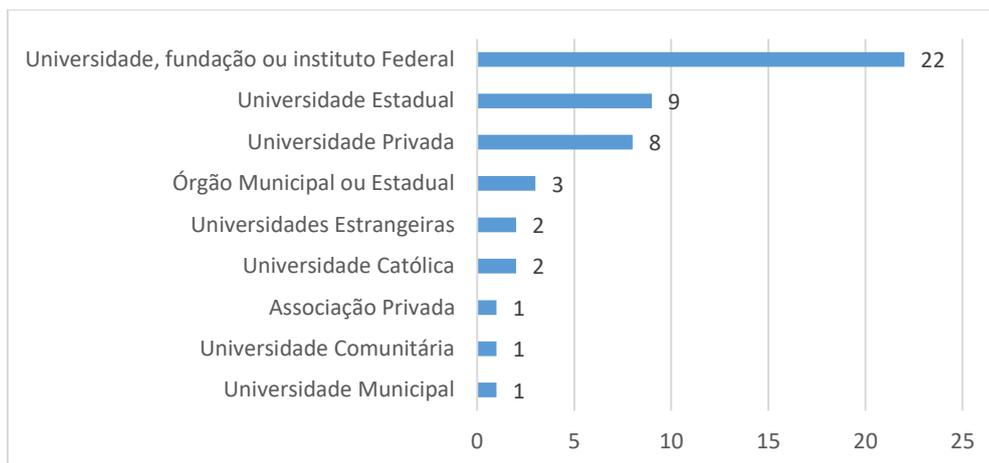
<b>Instituição</b>	<b>Quantidade de publicações</b>
Universidade Federal de São Carlos	5
Universidade Estadual Paulista; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal Fluminense	3
Universidade de Brasília; Universidade de São Paulo; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal de São João del-Rei; Universidade Federal do Rio de Janeiro.	2

**Fonte:** elaboração própria.

Cabe ressaltar que, apesar da ampla maioria dos autores se encontrarem afiliados a IES, é de se notar também que alguns eram provenientes de outros órgãos, como secretarias públicas ou instituições sem fins lucrativos, o que sugere uma estreita aproximação entre IES e outras entidades da sociedade.

Sobre a esfera administrativa das instituições, percebe-se uma predominância das IES federais, com representação de 44,9% do total, seguida pelas instituições estaduais e privadas, com 18,37% e 16,33%, respectivamente. O Gráfico 2 mostra a quantidade de instituições identificadas, conforme a esfera administrativa de atuação.

**Gráfico 2** – Esfera administrativa das instituições.



**Fonte:** elaboração própria.

Em relação aos periódicos que mais publicaram sobre o tema, a Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação, vinculada a Universidade Estadual Paulista (Unesp), demonstrou maior interesse em publicar sobre a extensão. O Quadro 2 traz mais informações sobre outras revistas que também se interessam pela temática.

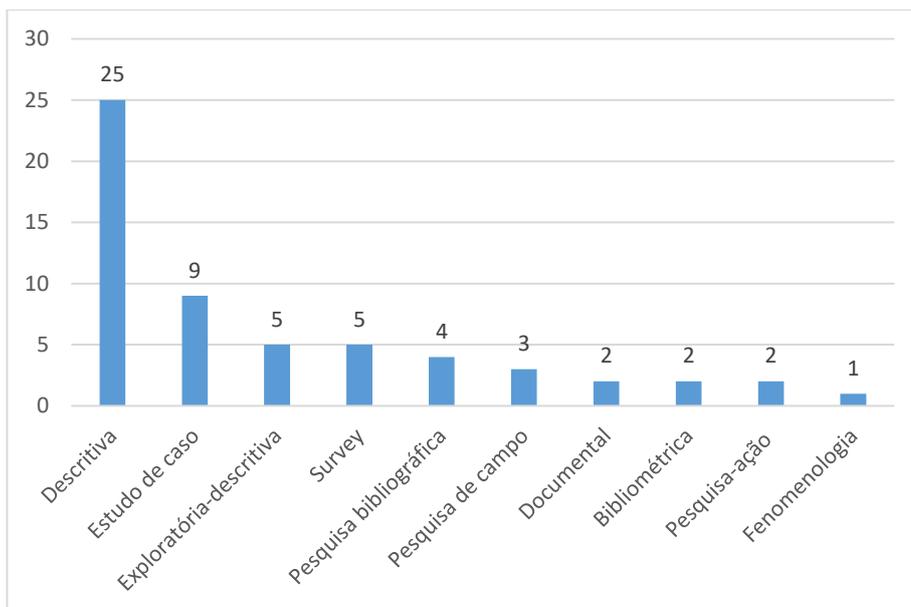
**Quadro 2** – Periódicos que mais publicaram sobre o tema.

Revista	Quantidade de publicações	Percentual de publicações
Interface – Comunicação, Saúde, Educação	11	21,15%
Espacios	8	15,38%
Psicologia & Sociedade	3	5,77%
Movimento; Revista Meta: Avaliação	2	7,69%

**Fonte:** elaboração própria.

A análise das metodologias empregadas mostrou uma ampla preferência por abordagens qualitativas, encontradas em 84,62% (n=44) dos artigos pesquisados. As pesquisas com abordagem quantitativa ou mista apareceram, cada uma, em 7,69% dos artigos (n=4). Realizou-se também uma análise dos tipos de artigo mais publicados no campo de estudos, de modo que do total da amostra, 39 eram artigos teóricos e 13 teórico-empíricos, sendo que destes últimos, 6 estudos haviam adotado algum método qualitativo, 4 métodos mistos e 3 quantitativos. Quanto aos tipos de pesquisa adotados, por sua vez, foram mais variados, com destaque mais expressivo para as pesquisas descritivas, conforme demonstrado no Gráfico 3.

**Gráfico 3** – Tipos de pesquisas utilizadas.



**Fonte:** elaboração própria.

Com relação ao tema central dos artigos, ocorreu a publicação maciça de relatos de experiência: 30 dos artigos narravam ações, projetos ou práticas extensionistas que ocorreram nas IES. Destes, 13 descreveram práticas educativas e outros 12 ocorreram na área da saúde. Recebeu destaque também a publicação de práticas de extensão rural, em cinco artigos. Foram ainda encontrados outros temas relevantes, tais como: formação de professores (em diferentes áreas); relações de gênero e raça; articulação da extensão com ensino e pesquisa.

## 5. Considerações finais

O presente artigo pretendeu contribuir para o campo de estudos voltado à extensão, uma vez que estudos bibliométricos podem ser úteis, entre outros aspectos, para ampliar o entendimento sobre a dinâmica da produção do conhecimento sobre um tema de interesse em um determinado campo de estudos. Sendo assim, considera-se que o objetivo proposto para este foi alcançado.

A quantidade de artigos publicados em periódicos nacionais relevantes permite sugerir que tem havido um grande interesse pelo tema. Uma das possíveis explicações para tal está relacionada com as discussões promovidas pelas diferentes entidades de pró-reitores de instituições públicas, particulares, católicas e comunitárias. Complementarmente, outra possível vertente explicativa, pode ser a que compreende a formulação e aplicação de leis, normas, planos e políticas voltadas ao tema ora em foco.

Ao se analisar a dinâmica da produção de conhecimento sobre o tema, dentro do campo da educação, evidencia-se a predominância por estudos descritivos, a partir de relatos de experiência, o que torna improvável o alcance de contribuições teóricas. Isto sugere, pelo menos num primeiro momento, que se faz

necessário ampliar esforços para diversificar o campo de pesquisa, a partir de outros tipos de investigação, metodologias, teorias e conceitos, inclusive, se assim se fizer necessário, a partir da transposição de contribuições oriundas de outras áreas do conhecimento.

Além disso, é de se ressaltar que os artigos publicados eram oriundos de pesquisa básica, de modo que se nota uma relativa ausência de pesquisas a partir da função aplicada, isto é, o tipo de estudo que é motivado pela necessidade de resolver problemas concretos, imediatos ou não. A pesquisa aplicada, aliás, poderia ser aproveitada, entre outras coisas, para abordar a questão da gestão da extensão, assunto este praticamente ausente entre aqueles tratados nos artigos da amostra desta investigação.

Ao se analisar a mobilização da comunidade acadêmica, no país, é de se perceber o amplo predomínio das instituições federais nas discussões sobre a extensão, principalmente as universidades, o que pode se dever, entre outros aspectos, pela maior presença da rede federal no território nacional, além da própria complexidade das suas atribuições, estruturas e capacidades no que se refere, particularmente, ao esperado entrelaçamento entre a pesquisa científica, o ensino e a extensão.

## Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Edital PROEXT 2016** – Programa de Apoio à Extensão Universitária. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12243:editais&catid=235&Itemid=164](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243:editais&catid=235&Itemid=164)> Acesso em: 17 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

CALDERÓN, A.I., PESSANHA, J.A.O.; SOARES, V.L.P.C. **Educação superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares.** São Paulo: Xamã, 2007.

CORRÊA, E. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 1, n. 1, p. 12-15, 25 jul. 2003.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 10.ed., São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

FÓRUM Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Brasília, 2001.  
Disponível em:  
<[http://www.uemg.br/downloads/plano\\_nacional\\_de\\_extensao\\_universitaria.pdf](http://www.uemg.br/downloads/plano_nacional_de_extensao_universitaria.pdf)>.  
Acesso em: 28 jul. 2020.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, M.P.B. **Metodologia de pesquisa.** 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, B.S.; ALMEIDA FILHO, N. **Universidade no século XXI: para uma universidade nova.** Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, B.S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SLVA, F.L.; FOLIGNO, A.Z.; MACHADO, M.M. Responsabilidade social universitária: análise bibliométrica da produção científica brasileira (2010-2019). **SEMEDUC – I Simpósio Nacional de Estratégias e Multidebates da Educação – Saberes que Educam**, Varginha-Minas Gerais, 29 a 31 de julho, 2020.

SOUSA, A.L.L. **A história da extensão universitária.** 2ª ed. São Paulo: Alínea, 2010.

TAVARES, C.A.R.; FREITAS, K.S. **Extensão universitária: O patinho feio da academia?** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

TEIXEIRA, M.L.M.; IWAMOTO, H.M.I.; MEDEIROS, A.L. Estudos bibliométricos em administração: discutindo a transposição de finalidade. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 423-452, Jul./Ago./Set., 2013.